



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14/04/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Boa noite a todos e a todas. Agradeço a presença dos que nos acompanham nesta Casa. Com a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Salomão Pereira e José Police Neto, desta Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, e a do Vereador Dalton Silvano, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente – que nos acompanha em todos os debates que tratam desta matéria -, declaro aberta a segunda audiência pública do PL 421/2015 realizada em 2016.

Informo que esta audiência pública será transmitida ao vivo pelos canais digitais da Câmara Municipal, pelo site www.camara.sp.gov.br, no Link Auditórios Online. A chamada para esta audiência pública foi publicada em *Diário Oficial*, assim como em dois jornais de grande circulação – *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* – nos dias 12 e 13 de abril.

Anuncio que durante a tarde de ontem e o dia de hoje, junto com o Vereador Salomão e o Vereador Adilson Amadeu, construímos um entendimento igual ao que foi motivado na nossa audiência pública passada: cinco falas para motoristas representantes de sindicatos, advogados do sistema de táxi - que já estão inscritos -, da mesma forma uma oportunidade semelhante àqueles que são motoristas ou dirigentes das organizações de motoristas de aplicativos. A ideia é também permitir, se assim for o desejo, que os representantes dos aplicativos também tenham oportunidade de usar a palavra.

Anuncio também a presença do Vereador Senival Moura.

A ideia é que a audiência pública do dia de hoje permita contribuições aos textos já divulgados – portanto, ao texto do projeto de lei 421/2015 – e também escutar as partes. O Vereador Adilson Amadeu pediu, assim que iniciamos os nossos trabalhos, a oportunidade de uma fala inicial, fala esta que também oportunizarei aos membros da Comissão e ao Vereador Dalton Silvano.

Imediatamente após a falta dos Vereadores, abriremos os microfones da tribuna para intercaladamente falarem taxistas e motoristas dos aplicativos, até o quinto de cada um. O

sistema de hoje não inova. A única diferença é que, ao final desse processo, permitiremos ainda a fala aos usuários, daí o esforço que fizemos para trazer usuários – embora não tenhamos ainda inscrições de usuários – e ainda um esforço para trazer as associações que trabalham com transporte público.

Vejo já aqui a ANTP presente para dar contribuições e reflexões ao debate que realizaremos hoje.

Pretendemos avançar em relação ao último debate realizado, mas também projetar o próximo. Teremos um último debate no próximo dia 20, quarta-feira da semana que vem, às 13 horas, neste plenário, oportunidade em que também será transmitido o evento ao vivo pela TV Câmara São Paulo, que deverá coroar o debate necessário para qualquer iniciativa legislativa que pretenda, assim, organizar qualquer setor. No caso, o de transporte individual de passageiros.

Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, como acabei de chegar, gostaria de entender como será a fala dos usuários, quantos minutos terá cada um e de que forma será, já que, na última audiência pública, falaram somente dois usuários, cujas falas foram um pouco conturbadas por um segmento ou outro ter se sentido prejudicado. Se não me engano, V.Exa. indicará cinco ou dez usuários.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não. Serão cinco usuários e cinco motoristas de táxi, dentre eles os seus representantes da Sinditaxi, o advogado Fábio Godoy, que os representa, e a Adetax. Com o setor representado, nós temos condições de dialogar. Em relação ao usuário, não tenho como prever sua participação. O que sugerimos é que, após a fala dos Vereadores, suspendamos os trabalhos por alguns minutos para os usuários se inscreverem. Já temos as inscrições dos motoristas dos aplicativos e as das representações dos taxistas, e assim se darão as contribuições ao debate.

O SR. SENIVAL MOURA – Quero entender melhor, Sr. Presidente. Serão cinco

usuários?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Até cinco. Poderá não haver cinco, pois não podemos obrigar.

O SR. SENIVAL MOURA – Então, não seria melhor que fossem seis usuários?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mas já definimos o número de cinco para cada categoria.

O SR. SENIVAL MOURA – Mas há os representantes dos aplicativos e os dos taxistas. Como há usuários que defendem um segmento, eles dizem que as falas estão compradas, como ouvimos na última audiência. V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeitamente.

O SR. SENIVAL MOURA – Por isso estou sugerindo que o número de falantes seja de seis para cada categoria, a dos usuários e a dos taxistas. Assim ninguém poderá questionar que apenas cinco representantes de uma categoria tiveram direito a falar em detrimento de apenas três de outra categoria. Seriam, então, três de um lado e três de outro.

Essa é a minha sugestão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeitamente.

Acho que é importante primeiramente fazer o debate entre os Vereadores e, ao seu término, poderemos chegar a um entendimento sobre a regra de participação. Inclusive eu vou pedir à equipe que nos assessora que percorra o plenário para identificar se há usuários com desejo de participação. Apesar da convocatória, se não houver usuários que queiram falar, usuários presentes nas galerias e no plenário, o nosso debate se resumirá a um debate não necessário e não haverá por que definir um número de três, de quatro ou de seis. O nosso esforço é para atrair o usuário, seja o do transporte de táxi, o dos aplicativos ou dos dois, como haverá de ter. No desenvolver da participação dos Parlamentares, poderemos ir criando uma fórmula para que isso aconteça de uma maneira bastante dinâmica.

Tem a palavra o nobre Vereador Salomão Pereira.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento os nobres Vereadores Senival Moura, Adilson Amadeu, os taxistas e seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Salomão, é sobre o encaminhamento?

O SR. SALOMÃO PEREIRA – É sobre o encaminhamento.

Sr. Presidente, eu gostaria que determinássemos um tempo máximo de cinco minutos para cada inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeitamente.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Acho que esse tempo seria mais do que suficiente para debater o assunto. Ao final, cada Vereador faria suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A ideia é que os Parlamentares tenham, sim, cinco minutos para falar, e os representantes das categorias tenham cada um três minutos. Assim, não alongaríamos o debate por mais de 22 horas.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu, o primeiro inscrito.

- Manifestações na galeria.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente José Police Neto, acho que realmente devem falar os profissionais taxistas, os representantes dos sindicatos, os das cooperativas, os das empresas de radiotáxi e os usuários. Minha participação será em forma de áudio, um vídeo que gostaria de exibir ao final da participação de todos.

Ainda teremos mais uma audiência no dia 20 e depois, no Plenário, no dia 27, ocorrerá a votação, mas é sempre bom escutar o que já está acontecendo e o que já está sendo falado em reuniões. A imprensa que está aqui hoje, que já entrevistou o Presidente, me entrevistou e também vários Vereadores, levará a mensagem desse áudio e irá analisando o que já está acontecendo por aqui. No momento, acho que a participação de todos é muito mais importantes do que nós, Vereadores, que podemos deixar para o final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Vereador Adilson.

Vereador Salomão, alguma colocação?

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Não, tudo ok. Vamos abrir o espaço para as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Senival?

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, sinto-me contemplado. Os meus cinco minutos, transmito aos usuários para falarem.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Dalton Silvano?

O SR. DALTON SILVANO – Primeiro quero ouvir e a exemplo da última audiência pública vou me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Peço a assessoria para distribuir a última versão do substitutivo que o Executivo vem dialogando com a Casa. No dia de hoje, uma entrevista do Ciro Birdeman no Portal da Casa anuncia uma parte ponderável do que vem sendo esses debates. Portanto, quero ofertar aquilo que o Portal da Câmara coloca à disposição para que possamos avançar a partir daquilo do que até agora vem sendo os debates desta Câmara.

Chamo o primeiro inscrito, Sr. Wagner Caetano, do Movitáxi.

O SR. WAGNER CAETANO – Boa noite a todos; Vereador Netinho, todos os Srs. Vereadores, pessoas da galeria e a todos aqueles que transportam pessoas de forma legalizada.

- Aplausos na galeria.

O SR. WAGNER CAETANO – Vereador Police e demais Vereadores, o Executivo em 19 de junho de 2015 criou uma Câmara Temática do Táxi para discutir melhorias no setor.

Tenho em minhas mãos as regras que foram definidas para propor melhorias para os táxis. Constitui objetivo geral da Câmara Temática: debater e propor medidas de aprimoramento da organização e prestação de serviço de táxi na cidade de São Paulo, no

âmbito das entidades representativas do segmento e o Poder Público.

Constituem-se objetivos específicos da Câmara Temática do Serviço de Táxi: Propor políticas públicas que visem, periodicamente, a capacitação e a melhor qualificação profissional dos condutores do sistema de táxi do Município de São Paulo; propor medidas e parâmetros para tornar mais eficiente a fiscalização dos veículos regulares bem como, a atividade de veículos não regulamentados; propor dispositivos que possibilitem aos usuários a fazer sugestões e avaliar o serviço prestado; estabelecer discussões permanentes acerca da incorporação de novas tecnologias que possibilitem a melhoria do serviço de táxi no Município; discutir e atualizar as regras de circulação geral no município e, em particular, o uso dos corredores e faixas exclusivas; contribuir com propostas que visem a desburocratização da relação do Poder Público com o serviço de táxi na cidade de São Paulo; discutir e propor critérios para o melhor dimensionamento da frota de táxi no Município, como também para a eventual necessidade de atualização das categorias existentes no serviço de táxi.

Este é o Regimento que foi aprovado entre entidades e o Executivo pela CMTT.

Vereador Police Neto, pergunto se há necessidade de se criar outro modal? A categoria discute isso desde 2015, totalmente voltada a propor melhorias para o usuário, a se adequar às novas regras, às novas tecnologias e, para deixar claro, o táxista é pioneiro em aderir às novas tecnologias desde o processo do Proálcool, do gás, do smartphones. Tudo o que veio, nós aderimos, não há resistência na categoria. Hoje estava escutando uma entrevista na CBN e dá a entender que os táxistas são as pessoas mais retrógradas do mundo. Parece que não queremos saber de tecnologia, parece que não queremos atender o usuário de forma correta, parece que só queremos ganhar dinheiro. É complicado.

- Aplausos na galeria.

O SR. WAGNER CAETANO – Gostaria que a imprensa que está presente acessasse o site da Prefeitura, CMTT, Câmara Temática do Serviço de Táxi, veja o que estamos discutindo. Há 21 membros na categoria e nos reunimos a cada dois meses e lá vocês

podem ver o que a categoria está propondo para a melhoria do táxi. Algumas coisas já foram implementadas, como máquina de cartão de crédito, modo de se vestir, carro climatizado.

Quero mostrar que não há resistência da categoria em aderir a novas tecnologias e nenhuma resistência em atender o usuário. Queremos atender da melhor forma possível. Isso está nas mãos da Prefeitura, basta a Prefeitura impor que a gente adere.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Renata Porto.

A SRA. RENATA PORTO – Boa noite.

Gostaria de falar da Uber como usuária e como motorista parceira.

Como usuária, as minhas duas filhas voltam todos os dias da escola à casa de Uber e fico tranquila porque sei que é um sistema totalmente seguro para elas. Eu consigo acompanhá-las. Elas não precisam andar com dinheiro porque eu vou fazer o pagamento no fim do mês no cartão de crédito. Isso é uma segurança a mais para elas. Se não fosse dessa forma, se elas tivessem de voltar de perua escolar à casa todos os dias, eu não teria condições de pagar porque é muito mais caro e elas teriam de voltar a pé, duas meninas, eu acho que elas ficariam totalmente vulneráveis. Como mãe e como usuária, fico muito segura usando o aplicativo.

Como motorista parceira, comecei na Uber há um ano – eu e meu marido – e acreditei cegamente nessa oportunidade. Sempre digo que a Uber é uma grande oportunidade para nós. Se não fosse a Uber como a minha fonte de renda, as coisas estariam muito difíceis. Eu consigo proporcionar um bom estudo para minhas filhas, arcar com as contas de casa, consigo viver confortavelmente com o fruto do meu trabalho. Quem me proporciona isso, além do meu trabalho, é a plataforma.

Como mulher, muitas vezes trabalho de madrugada, e também me sinto segura porque o aplicativo o passageiro tem de se cadastrar e o próprio aplicativo traça a minha rota.

A Uber é tão preocupada com a segurança de todos que disponibiliza uma central 0800 que funciona 24h. Esse é um ponto que eu como parceira digo que estou totalmente satisfeita porque hoje, nessa época de crise, graças a Deus, agradeço muito por poder trabalhar e participar ativamente da economia do País. Fico muito chateada em saber que muitos pais de família não tem a oportunidade de trabalhar e nem perspectiva de arrumar um trabalho diante da crise que vivemos. Uber e táxi, temos de conviver com respeito mútuo. A discussão não é Uber versus táxi. Independentemente da Uber ser legalizada e regulada, a profissão de vocês vai continuar existindo independente da gente.

Você tem o direito de discordar, mas esse é o meu ponto de vista. Estou expondo o meu ponto de vista.

- Aplausos na galeria.

A SRA. RENATA PORTO – Eu não tenho culpa. Assim como vocês, eu saio de casa cedo e trabalho muito para levar o sustento para minha casa.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pessoal, vamos fazer um combinado.

Durante os três minutos da participação de todos não vamos nos manifestar. Na conclusão todos podem se manifestar, mas enquanto estão falando, todos nós vamos respeitar. Esse é o nosso combinado no dia de hoje.

Renata, por favor, para suas conclusões.

A SRA. RENATA PORTO – Respeito todos vocês. Todos buscamos o mesmo objetivo que é trabalhar e levar o sustento para nossa família. Como motorista da Uber, tenho direito de trabalhar e de trabalhar na legalidade. É só isso que queremos.

Muito obrigada pela atenção.

- Aplausos e vaias na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos chamar o Sr. Edmilson Americano, Abracomtáxi.

O SR. EDMILSON AMERICANO – Boa noite a todos.

Inicialmente, quero dizer – inclusive sobre a fala da Renata – que parece que as pessoas querem cegar a população. Dizer que a Uber faz tecnologia, acompanha o passageiro e o trajeto, isso o taxista faz. São 28 mil taxistas em aplicativos que fazem de forma legal, acompanham, pagam no cartão de crédito, todo mundo faz isso. Querem cegar a população o tempo todo sendo que o taxista não faz isso. Todo mundo que toma táxi sabe que chama no aplicativo, paga no cartão de crédito, a única diferença é que tem a licença da Prefeitura.

Estou muito triste. Estou vendo o Poder Público na cidade de São Paulo, com todo o respeito, vou tentar ser sutil na palavra, é uma vergonha. É uma vergonha o que o Poder Público está fazendo. É uma falta de palavra e de coerência, coerência essa que até o Presidente tem.

O Presidente Police Neto é coerente com a posição que ele colocou aqui no passado. Ele é a favor de carro particular fazendo o transporte de passageiro. Ele é a favor e deixou muito claro, diferentemente, de 43 Vereadores que ratificaram seu posicionamento na proibição de carro particular fazer transporte remunerado de passageiro. Essa é a questão.

A questão não é Uber, a questão Easytáxi, 99 táxi, é carro particular não poder fazer transporte de passageiro. Estão querendo enganar todo mundo e a imprensa vai nesse barco. O barco não é aplicativo ou não aplicativo, o barco é serviço em carro particular.

Quero deixar bem claro que é uma vergonha o que o Prefeito Fernando Haddad está fazendo com essa categoria, o golpe que ele está dando. É um verdadeiro estelionato e a população precisa saber.

O Prefeito Fernando Haddad sancionou uma lei que está Casa aprovou com 43 Vereadores que debateram durante um ano e meio o projeto. Esta Casa teve a certeza de que carro particular não pode fazer transporte de passageiro. O Prefeito Fernando Haddad demorou quase um mês pensando e colhendo os pareceres de suas secretarias e ratificou a posição da Câmara, sancionou a lei dizendo que não pode carro particular. Ele fez isso no final

do ano. Estranhamente, o Prefeito Fernando Haddad está mudando de posição.

O Prefeito Fernando Haddad se reuniu com as lideranças – é importante a imprensa saber disso – no dia 7 de janeiro e garantiu que não iria regulamentar a Uber enquanto não avaliasse o serviço de táxi preto. O Secretário José Américo foi à imprensa falar do serviço de táxi preto que o Prefeito criou na cidade de São Paulo. Ele criou para dizer que vamos ter o táxi preto como se fosse o táxi da Uber, sem luminoso, com aplicativo e sem taxímetro cobrando no cartão de crédito e ai fez o grande estelionato: cobrou 300 milhões de reais dos trabalhadores. O trabalhador do táxi preto pagou 60 mil reais para dizer que não teria serviço de transporte particular. 300 milhões para encher os cofres da Prefeitura. Ato seguinte: fala em regulamentar a Uber. Um grande golpe. Só cobrou dos trouxas que pagaram 60 mil reais para Prefeitura.

Tenho uma admiração por V.Exa., Vereador Police, mas fico chateado que lá na frente V.Exa. vai por a cabeça no travesseiro e ver que foi responsável por acabar com a vida de 60 mil pais de família de São Paulo porque a Uber vai levar os taxistas à falência.

Tenho certeza de que esta Casa não vai aprovar.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Edmilson. Chamo o Sr. Geter Santos para fazer uso da palavra.

O SR. GETER SANTOS – Boa noite a todos.

Quero dizer da minha experiência de um ano e oito meses na plataforma Uber. Eu hoje se não fosse a plataforma, não teria o que fazer. Graças a Deus, a plataforma me proporciona momentos felizes, momentos com a minha família. Trabalhei por 20 anos com eventos. Viajei o mundo todo trabalhando com eventos e cansei. Hoje posso falar que eu consigo viver momentos com a minha família, por causa da plataforma.

Não tenho muito a falar. Só quero pedir para que todos pensem, analisem, porque nós também precisamos trabalhar. Do jeito que o País está, precisamos muito trabalhar.

Podemos pagar, podemos legalizar. A única coisa que queremos é trabalhar.

É só isso. Obrigado e boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Giovanni Romano, da Sinditaxi.

O SR. GIOVANNI ROMANO – Boa noite a todos.

Às vezes, é difícil entender como funciona a democracia neste país. Esta é a segunda audiência pública do PL 421/15. Teremos mais uma terceira audiência pública. Porém, até as traças deste carpete, em que os senhores estão pisando, sabem que o PL 421 não vai a votos dia 27. Até as traças sabem que o que será votado, que o que se pretende votar será um substitutivo do Executivo, elaborado pela equipe da São Paulo Negócios. E esse substitutivo agora, cujas cópias foram distribuídas agora, não tem protocolo porque, certamente, será protocolado às vésperas ou na manhã do dia da votação. Isso tudo para que não haja tempo para a discussão oficial. Não haverá audiência pública. Não haverá debate com a sociedade. Não haverá debate, sequer, com os representantes das duas partes interessadas – taxistas e motoristas do outro modal que se pretende criar. Ninguém vai opinar sobre isso. Está pronto, está feito e não vai se mudar uma vírgula. Será protocolado na manhã da votação. Será lido em fração de segundos, no Plenário. Será feito o Congresso de Comissões, que durará cinco minutos. Elaborar-se-ão os pareceres e o PL irá a votos. Isso é o que acontecerá. A não ser que os nossos Srs. Vereadores entendam que esse substitutivo, assim como o próprio PL 421, traz matérias de muita responsabilidade, trazendo muitas consequências para a cidade de São Paulo.

Se eu fosse Vereador da cidade de São Paulo, consideraria uma irresponsabilidade votar um substitutivo dessa forma, sem o amplo debate, sem o necessário debate, sem que a sociedade saiba exatamente o que está sendo votado.

Eu queria falar, não somente aos meus colegas taxistas, mas às pessoas do outro modal que se pretende criar, que tanto o PL 421 quanto o substitutivo de autoria do Sr.

Prefeito, têm uma cereja no bolo. A cereja no bolo é a cessão do espaço público para empresas fazerem desse espaço público extensão de seu negócio, para aumentarem os seus lucros. Se os senhores lerem com atenção o substitutivo, os senhores notarão que tanto o substitutivo quanto o projeto original dedicam uma atenção especial ao negócio de locação de veículo. As locadoras de veículos serão amplamente privilegiadas. E não acho estranho o que tem acontecido desde a aprovação do último Plano Diretor, haja vista que esse negócio de locadoras de veículos, que tinha vários donos, de um tempo para cá está se tornando propriedade de um ou dois investidores! Um ou dois investidores estão comprando todas as locadoras de veículos de São Paulo. E tanto o PL 421 quanto o substitutivo preveem que na criação desse novo modal o motorista não precisa ser proprietário do veículo, ele pode alugar o veículo.

Ora, senhores, vamos enxergar o que acontecerá. Plataformas de tecnologia e locadoras estão unidas em um negócio só: vão obrigar os senhores a alugarem esses veículos. O taxista compra o carro, ele é obrigado a ser o proprietário. Ele tem um carnê, mas um dia ele acaba. O boleto da locação não acaba nunca. Se esse projeto for aprovado, os senhores vão pagar.

Então, eu peço, eu apelo ao espírito público dos 55 Srs. Vereadores desta Casa, para que esse projeto não seja votado no dia 27; que esse substitutivo seja protocolado e que seja amplamente debatido com a sociedade; que sejam feitas novas audiências públicas para que se vote, ao final, com responsabilidade e visando o interesse da cidade de São Paulo e não de empresas que se locupletarão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Acras, da AMAA (Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativos). Lembro a todos que o substitutivo que estava na mão do Sr. Giovanni é o substitutivo que traz todas essas informações. Portanto, é o substitutivo que está em debate. Se o substitutivo é público,

portanto o debate também é público.

O SR. PAULO ACRAS – A nossa amiga que disse sentir segurança quando seus filhos são transportados por carros do Uber, talvez não saiba que hoje boa parte dos motoristas nem dorme em casa, dorme no carro. (Palmas)

Aqui comigo não tem mentira, não! Aqui tem verdade. O trabalhador tem de ser respeitado.

Quero discutir sobre o trabalho. Por que aqui não se discutiu o trabalho? Qual a função do trabalhador? Por que essa empresa está blindada? Por que não se fala de trabalho aqui? Não é trabalho digno? Ninguém tem de ser remunerado? Não tem direito algum? Se o capital dos motoristas não for remunerado, em dois anos ele perderá o capital e o emprego, porque o Uber não vai contratar o motorista com carro velho. Eu desafio o senhor a trazer um Economista. Cadê o Economista? Cadê?

Água grátis é manipulação do comportamento humano. Ninguém ganha mais porque tem água grátis. Pelo contrário. A pessoa é obrigada a dar água para ser aceita, para não ser excluída do sistema. O senhor pode enganar os outros. A mim o senhor não engana, não.

Discriminação cibernética. Por que esses robôs, que chegarão aqui, terão vaga especial e o trabalhador não terá? Por quê? Qual é o trabalho do robô e do ser humano? Por que o robô tem de ter uma vaga especial? É isso que está no projeto.

Se o modelo do Uber é o liberal, ou seja, de igualdade, não pode haver intervenção do Poder Público e muito menos protecionismo.

Essa conversa fiada de que “Baixamos os preços para aumentarmos a demanda”, não cola mais. Quero saber qual é o ponto de equilíbrio econômico desse negócio. Qual é? Você vai baixar o preço até quebrar todo mundo? Tem trouxe aqui?

Em nome da teoria econômica, dos direitos humanos e da Constituição Federal peço aqui um controle da demanda e do preço. Impor preços extremamente baixos gera

desequilíbrio no mercado, prejudica a renda do trabalhador de ambas as categorias. Sem uma regulamentação ou uma regulação nesse projeto, posso adiantar para vocês: será o fim das duas categorias, tanto dos taxistas, quanto dos próprios motoristas do Uber.

Tenho duas sugestões. A primeira é que o Poder Público minimize as barreiras para as associações das categorias e para que essas possam criar os seus próprios aplicativos. Não é criar barreira aqui para facilitar para essa empresa. É minimizar as barreiras para os trabalhadores. Criar uma comissão permanente de pleno emprego, que calcule periodicamente a oferta, a demanda de veículos necessários para o transporte na Cidade.

Queria reafirmar, aqui, a importância de regulamentar esse sistema de aplicativos e da regulação do sistema de aplicativos. Queria abrir uma bandeira aqui. É essa aqui. Conseguiram ler? “Não tem trouxe aqui”.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Auriema, Adetax.

O SR. RICARDO AURIEMA – Boa noite a todos.

Antes de minha fala, só quero fazer constar sobre a ausência de um representante da Prefeitura e do Poder Público. Deveria ter, pelo menos, alguém para nos ouvir.

Passando ao tema, devo dizer que os aplicativos que existem atualmente não trazem nada de novo ao que já existe em São Paulo, no Brasil e no mundo. Todos sabemos que o que a parceira falou aqui, a respeito do acompanhamento do aplicativo, do trajeto, todos os aplicativos fazem isso. Então, não há nada de novo. Não é algo novo que mude completamente todo o cenário por parte de uma tecnologia que o táxi não utilize. O táxi utiliza, sim. E é o que queremos colocar aqui.

Então, por que criar um novo modal? Qual a necessidade do novo modal? Dentro do modal de táxis há espaços para todos. Dentro do modal de táxi, você tem o táxi de luxo. Hoje, principalmente, você tem o táxi preto, que veio, colocado pelo Sr. Prefeito, para que

pudesse substituir e colocar a oferta necessária para a demanda. O que será feito com isso? Essa é uma questão importante que deve ser pensada, para que não se crie uma nova condição de ter de se colocar veículos com placa cinza para um transporte que, supostamente, se coloca que é privado, mas que, na verdade, é público. Isso porque, hoje, a quantidade de celulares, de *smartphones* que existem no Brasil, é enorme. São praticamente dois celulares por pessoa. Então, não cabe essa questão do privado e do público.

Outra questão importante: não se deve transferir a responsabilidade para outrem. Hoje a Cidade controla os táxis. Os táxis são vistoriados. Os veículos são analisados. O usuário do táxi sabe quem está dentro do táxi. Há todo o rastreamento daquela pessoa, porque todos os endereços são atualizados anualmente. Então, é possível se ter todas as informações sobre quem está dentro do táxi. E, aí, temos de pensar nisso. Se você transfere para outrem essa responsabilidade, quem fiscalizará? Temos de ter uma terceira via. Temos de ter o poder de polícia da Prefeitura para tomar conta desse processo. Não podemos deixar a cargo de pessoas de interesse privado. Estamos delegando a segurança para outrem, sendo que essa é uma responsabilidade do Estado.

Então, por mais que digam que isso seja uma modernidade, que precisamos nos adequar às novas tecnologias, ainda assim as leis são necessárias e regem a conveniência da sociedade. Por isso, pelos seus, por todos nós, por esta Casa, façam valer o direito. Que as leis, neste país, sejam respeitadas e que possamos estar seguros com elas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Roni Muniz.

O SR. RONI MUNIZ – Boa noite a todos.

Não tenho muito para falar.

Agradeço aos Srs. Vereadores que me deram a oportunidade da palavra. Estou representando a categoria do Uber.

Farei uma simbólica homenagem a um herói nacional vivo: Sr. Juiz Sérgio Moro. O

maior Médico deste país e já vou explicar o porquê. Esse herói, Juiz e Médico, está acabando com o maior câncer da sociedade, que é a corrupção. Peço uma salva de palmas para o Sr. Juiz Sérgio Moro.

- Salva de palmas.

O SR. RONI MUNIZ – Também não podemos nos esquecer da Polícia Federal. Corruptos, corram. A Federal vem aí.

Por que chamo o Sr. Sérgio Moro de Médico? Porque ele está curando um câncer chamado corrupção. Chega de corrupção neste país.

Agora vamos lá. Uber. Estou no ramo do transporte há 20 anos. Tenho uma vasta experiência. Hoje, não viemos aqui para questionar tarifa. Hoje, estamos aqui pedindo para regulamentar o Uber.

Apoiamos a regulamentação do Uber, sim.

Senhores taxistas, deixem de ser marionetes.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RONI MUNIZ – Quem fala que está do lado de vocês, fala para enganar vocês.

Faço parte do sistema de transporte há 20 anos e posso afirmar que, hoje, não era para vocês estarem nessa situação.

Falarei a verdade, doa a quem doer. Não era para vocês estarem nessa situação: o Uber chegar e dominar o sistema de transporte, hoje.

Mas isso é realidade. Isso é realidade. Doa a quem doer, isso é realidade.

Sou a favor, totalmente, do Uber. Com certeza. Vocês é que ficam iludidos. Vocês é que ficam iludidos com os sindicatos. O Uber veio para ficar, doa a quem doer. Apoio ao Uber.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Dr. Fábio Godói.

O SR. FÁBIO GODÓI – Boa noite a todos.

Gostaria de comentar a respeito de uma moça que trabalha com o aplicativo Uber, que ela transporta crianças pelo Uber. É importante destacar que há uma legislação também prevista para o transporte escolar. É extremamente perigoso divulgar que as mães podem colocar os seus filhos, os seus bens mais preciosos, em um veículo que não tem regulamentação.

Então, vejo com muita preocupação esse comentário.

Outra questão. Sempre o Sr. Police Neto comenta que esse projeto não é do Uber. Esse projeto é para compartilhamento de veículo. E é interessante que escutamos somente depoimento de pessoas do Uber, só se fala do Uber. Tudo que se coloca aqui é Uber e taxista. Então, me desculpe, Vereador, esse projeto me parece sob encomenda para uma única empresa norte americana. (Palmas)

Mas voltando, na semana passada falei um pouco sobre a inconstitucionalidade, e preciso voltar rapidamente a esse tema devido à questão do serviço. Saiu na mídia que o Procurador do Ministério Público, em segundo grau, teria liberado o Uber. Na verdade, não é nada disso. Faz-se uma confusão novamente, com o devido respeito, em relação à questão do serviço. Não existe, na legislação federal, a previsão do serviço de transporte privado de passageiros. Não existe. Então, é um equívoco e eu preciso voltar a esse tema.

Esse projeto de lei é absolutamente inconstitucional, fere a Constituição e as leis que regulam o transporte remunerado individual de passageiros. A exemplo do que podemos ver, sobre a questão do mototaxi, esse tema foi enfrentado diversas vezes pelo Supremo Tribunal Federal que reconheceu a inconstitucionalidade dos Municípios e dos Estados legislarem sobre esse assunto, que é de competência exclusiva da União. Então, repito: é inconstitucional o projeto que está em discussão.

Outra coisa, será que os motoristas que estão se ativando nessa empresa, ou em outras que virão, têm conhecimento da responsabilidade objetiva que eles têm? Ou seja, independe da culpa? Ou seja, se houver um acidente, eles não poderão alegar que a culpa foi

de um terceiro, porque eles estão exercendo uma atividade de transporte? Os motoristas serão processados e eles responderão. Eventualmente, poderão ingressar com uma ação regressiva contra o terceiro que causou o acidente.

Da mesma forma, será que eles sabem que, por exercerem uma atividade de transporte, eles têm a pena aumentada de 1/3 à metade na hipótese de crime de homicídio ou de lesão corporal? Esses senhores sabem disso?

É evidente que sabemos que existe uma crise no País, que há pessoas desempregadas, mas nem por isso se libera a Feira da Madrugada; nem por isso se libera o trabalho dos camelôs; nem por isso se libera qualquer atividade irregular e ilegal. (Palmas)

Com o devido respeito aos senhores, que são trabalhadores. Mas infelizmente nós temos lei, nós temos a Constituição, que deve ser seguida. Então, isso é muito importante. O carro particular não pode ser usado.

Quero comentar uma decisão recente do Juiz Roberto Corcioli, que concedeu uma liminar para liberação imediata de um veículo de um motorista que não está vinculado a aplicativo algum, simplesmente um motorista particular que foi apreendido. Diziam que ele estava fazendo transporte remunerado, e a decisão do Sr. Juiz é no sentido de que, se a Uber ou qualquer aplicativo pode fazer isso, a livre concorrência, qualquer particular pode fazer a mesma coisa; acaba integralmente com o sistema de transporte individual. Isso é um absurdo, e vai começar a se multiplicar no País. E acho correto, já que o entendimento é esse, por que sou obrigado a trabalhar numa plataforma, pagar a plataforma? Então, isso é absurdo!

Por fim, a Prefeitura fez uma consulta pública, na qual 6 mil pessoas se manifestaram, sendo 84% favorável a esse novo aplicativo.

É interessante que os táxis, em São Paulo, transportam cerca de 15 milhões de pessoas por mês, não são 15 milhões de viagens, mas 15 milhões de pessoas que são transportadas pelo serviço de táxi. Quanto isso representa num universo de 500 mil pessoas?

Para concluir, não fui eu que falei que o transporte público individual é privativo do

taxista, mas foi a Lei 12.468 que determinou isso, a lei dos taxistas, que transporte público individual é privativo do taxista. E o Sr. Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo, na sua manifestação recente na ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que proíbe os aplicativos, reconhece isso; e declara que não há nenhuma diferença entre táxi e Uber, pois são as mesmas atividades.

A Lei que regulariza a profissão de táxi diz o seguinte: “é atividade privativa do profissional taxista a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiro, para a exploração da atividade pública individual de transporte de passageiros, até sete lugares”.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Nelson Bazolli.

O SR. NELSON BAZOLLI – Boa noite. Prezados senhores representantes da Mesa, senhores taxistas e seus representantes de classe, senhores motoristas parceiros, representantes de OTCs, senhores usuários do sistema de táxi e de aplicativos, de mobilidade urbana.

Sou Presidente da Amparu – Associação dos Motoristas Parceiros das Regiões Urbanas do Brasil. Estou aqui hoje para apoiar a regulamentação do uso de aplicativos para a mobilidade urbana que essa nova classe profissional dos motoristas parceiros pretende e buscará até o fim a regulamentação de seu trabalho, tão digno quanto o dos taxistas.

Não buscamos rivalidades, interesses pessoais ou de empresas específicas X ou Y, buscamos, nesta audiência, ideias que possibilitem o trabalho equilibrado entre os diversos tipos de serviços prestados dentro desse mesmo segmento, porém, de formas diversas.

Hoje a classe de motoristas parceiros está trabalhando à base de liminares que dispõem e permitem o trabalho. Estamos, a cada dia, conquistando um novo nicho de mercado e também aprendendo com ele. Além de conhecermos o trabalho, necessitamos poder trabalhar com regras que nos permitam o aprimoramento constante de nossa atividade, contribuindo permanentemente e dinamicamente na solução dos problemas de mobilidade

urbana enfrentados por essa megalópole que é a cidade de São Paulo.

Talvez, possamos sair daqui escrevendo um novo marco que sirva de exemplo não apenas para a nossa Cidade, mas para o resto do País. Assim como os senhores taxistas, temos famílias e devemos analisar a cruel crise sócio-político-econômica que estamos atravessando. São milhões de pessoas desempregadas em nosso país, e a grande maioria em nossa cidade.

Dessa forma, podemos dizer que a entrada de empresas de tecnologia criou um novo nicho de mercado que não utilizava esse tipo de serviço, pois não tinha acesso ao mesmo, segundo o estudo do Cade. Hoje, a parceria entre motoristas parceiros e empresas de tecnologia está em franca expansão, e novas OTCs já estão operando no mercado.

Caso não ocorra uma regulamentação, tanto empresa atual, quanto as que estão chegando em nosso País, continuarão a trabalhar com o apoio das liminares, o que creio não ser o melhor caminho.

Sem a regulamentação, o mercado fica vulnerável a qualquer tipo de prática; e, nesse caos, os conflitos perduram. Busquemos hoje uma forma de colocar ordem ao caos, o equilíbrio entre os interesses, para que possam trabalhar todos – taxistas, motoristas parceiros, empresas de tecnologia – em harmonia, visando assim o que é mais importante para a Cidade: a prestação de serviços de excelência, de qualidade e com preços competitivos.

Se conseguirmos aprovar o PL 421, de autoria do Vereador Police Neto, não estaremos apenas apoiando a lei, partido político, essa ou aquela empresa de tecnologia, mas apoiaremos a mobilidade urbana, que ganhará muito com a redução da frota circulante; e quem mais ganhará, seguramente, será a população, que disponibilizará de liberdade de escolha. Assim, teremos um ganho que só a concorrência regulamentada pode dar.

Somente a regulamentação pode criar mecanismo de equilíbrio que nos permita o trabalho consorciado digno e livre de mazelas. Não busco nenhum ponto final nessa discussão, apenas peço aos senhores, dos diversos pontos de vistas, que ponderem sobre o objetivo final

da nossa audiência pública. Ela transcende esse espaço físico e está além do nosso juízo limitado, ou seja, a contribuição é não apenas ao sistema viário da Cidade, mas ao meio ambiente em geral e ao ser humano, em particular.

As novas gerações ficarão felizes com a aplicação do nosso bom senso e pensamento futuro. Peço a cada um dos senhores que pensem e reflitam no sentido de que: ou regulamentamos os sistemas de aplicativos ou continuarão a trabalhar com as liminares que estão sendo concedidas. O nosso futuro profissional e o da Cidade depende do que fizermos agora, e isso depende da nossa capacidade de diálogo, de conciliar interesses e de acreditar que, juntos, podemos mais; juntos, somos mais fortes para construir um futuro equilibrado e digno para todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Marisa Cristina.

A SRA. MARISA CRISTINA – Boa noite, amigos e amigas taxistas. Vim para representar os usuários de táxis.

Tenho 54 anos, uma filha de 32 anos, um filho de 21 anos, e durante toda a minha vida nós usamos táxis. Nunca tive nenhum problema com taxistas, por isso, não estou entendendo o que está acontecendo em São Paulo, no Brasil.

Quando viajo para fora, a palavra que uso para usar transporte particular é “táxi”. Acho que essa é uma das palavras mais conhecidas no mundo. Então, não entendo o motivo de toda essa polêmica, se já existe um serviço de excelência que utilizo desde a minha infância; que, em São Paulo, o serviço de táxi é o terceiro melhor do mundo.

Quero relatar o que houve no Allianz Parque, onde fui buscar meu filho depois de um show, quando passou uma pessoa gritando: “táxi particular”. Quero informá-los da Uber que esse “táxi particular” também não era Uber; era uma pessoa que saiu da sua casa, pegou seu carro particular, sabendo do evento, e foi até a porta do estádio oferecer o transporte.

Então, a pergunta que faço aos dirigentes de tudo isso é quem vai dar a segurança

às pessoas que não sabem se estão pegando carro da Uber, ou qualquer coisa, pois me preocupo com minha família; e tem muita gente que não sabe que carro está pegando, se é Uber ou qualquer coisa.

Portanto, façam com que esses Ubers não se proliferem e virem taxistas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Gabriela Mestre.

A SRA. GABRIELA MESTRE – Boa noite. Sou usuária de táxi, minha avó foi usuária de táxi por muitos anos e tinha um taxista que a levava para fazer compras e entrava com ela no mercado; ia com ela no consultório, entrava junto com ela no consultório; então, ela sempre foi muito bem tratada pelos taxistas.

Eu ligo para o 99, e o táxi vem me buscar em casa; ligo para o Easy, e o táxi vem me buscar em casa. E tenho toda a segurança que, se acontecer alguma coisa dentro do táxi, o taxista será punido.

Tenho 39 anos, e quando eu ia para a balada meu pai me aconselhava a pegar um táxi, porque era seguro; e continua sendo, até hoje. Se eu pegar um táxi, sei para onde reclamar; e a Uber, não sei para onde reclamar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Guilherme Coelho.

O SR. GUILHERME COELHO – Quero parabenizar os Vereadores pela audiência pública, levando mais debate para as pessoas.

Sou usuário de todos os aplicativos, de táxis, do Uber, e de outros, e acho que a maior solução de todos os problemas é a regulamentação de todos os aplicativos. Com respeito aos taxistas, que sei que muitos sofrem para pagar a frota, que infelizmente explora os motoristas, mas outros aplicativos são opção para mais motorista.

Reclamamos que não somos iguais a outros países desenvolvidos, onde o consumidor tem o direito de escolha, e também o motorista, então, isso pode trazer aos

taxistas e a todos os demais motoristas que queiram trabalhar uma segurança maior. O que temos de pensar é que não são apenas os 60 mil motoristas que estão envolvidos nisso, mas são 11 milhões de pessoas na Cidade que têm interesse de que isso seja regulamentado.

Por isso, esse é o caso em que temos de olhar para os outros países, os exemplos de fora do Brasil, e regulamentar esse tipo de transporte. Isso trará mais opção não só para mim, mas para todos os usuários de São Paulo, a deixar seu carro em casa. Isso ainda não ocorre com os táxis por algum motivo. Mas a entrada de outras empresas, de outras ofertas, melhora a competição, aumenta a qualidade para todo mundo, inclusive para os taxistas. Ninguém é contra os taxistas. Muito pelo contrário: queremos a melhora do serviço como um todo, e isso pode acontecer.

Isso que está acontecendo não tem nada de inconstitucional. A Câmara Municipal está criando uma lei, que será votada e sancionada pelo Sr. Prefeito, ou não, de acordo com o estudo que ele fizer, no processo de democracia que temos no Brasil. É exatamente isso que queremos, regulamentar algo que já existe, de fato, na sociedade; pois é uma oferta que melhora a qualidade do serviço, que põe os motoristas numa nova situação para eles repensarem o próprio serviço, melhorar o serviço deles. Infelizmente há muita irregularidade hoje, porque fica um mercado monopolizado. Sabemos que há dificuldade de tirar licença.

Para concluir, quero pedir aos Vereadores e aos demais, que é importante ter essas audiências públicas, que isso seja regulamentado e que esse projeto de lei seja melhorado, ou não, desde que ele seja aprovado na sua integralidade, que vá para o Sr. Prefeito, para beneficiar 11 milhões de paulistanos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Moira Vasconcelos.

A SRA. MOIRA VASCONCELOS - Boa noite, eu vim aqui também como usuária, também uso táxi, também uso Uber e outros aplicativos, assim como o Guilherme, e eu acho

que não é táxi, nem Uber, a gente tem de pensar é sim no passageiro. O que puder mudar a vida do passageiro a gente mora em São Paulo, uma cidade que já está caótica, e não comporta mais carro e temos sim de pensar em outras soluções, ninguém é contra um, nem contra o outro, a gente está aqui a favor do passageiro. Eu, por exemplo, acho que se hoje está faltando dinheiro para o taxista ou para o pessoal do Uber, não é nem questão do táxi ou do Uber, a gente está no meio de uma crise. Está todo mundo sem trabalho, sem dinheiro, ninguém vai gastar com aquilo que não é imprescindível. Então, de repente, um táxi não é imprescindível, eu mesma hoje vim de ônibus porque para mim tinha tempo e estava fácil.

Concorrência todo mundo tem. Eu tenho no meu mercado de trabalho, todo mundo tem no seu, então, eu acho que concorrência não é uma coisa ruim, faz a gente sair da nossa zona de conforto, faz a gente pensar melhor no serviço que a gente presta, faz a gente trabalhar melhor, a gente pensar naquilo que a gente oferece. Não quero que vocês vejam como uma coisa ruim, não é ruim, todo mundo tem concorrência. Essa é uma questão para se pensar. Vocês têm de pensar no passageiro. Se é desleal ou não, a lei está aí para isso. Eles não estão se negando a se regularizar. Acho que não é questão só de Uber, tem de ter muitos aplicativos. Eu mesma comecei a usar mais táxis depois que surgiram os aplicativos. Porque pegar um táxi na rua era muito difícil, demandava tempo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pessoal, por favor, a gente combinou que ia permitir que as pessoas pudessem exercer o seu direito de fala. Até agora a gente permitiu a todos falarem.

A SRA. MOIRA VASCONCELOS - Eu acho que é vocês ganharam um cliente por causa do aplicativo, não é ruim e acho que deveriam surgir outros, a gente mora na maior cidade da América Latina, não podemos virar as costas para a tecnologia. Não podemos andar para trás. Toda a energia, Vereador Adilson, V.Exa. tem o poder de mobilizar tanta gente assim tão rápido, essa energia todo que o senhor gasta, deveria lutar de fato a favor dos taxistas. Eu

na minha visão venda de alvará é ilegal, então, é ilegal quem vende e é cúmplice desse crime quem paga. Então, o senhor deveria trabalhar mais a favor dos taxistas acabando com a venda de alvará, acabando com a máfia das frotas. Todo mundo de Uber e de outros vai entrar muitos outros aí, mas começar pelo taxista de ele ter o direito de trabalhar por conta própria e não ficar dependendo de frota e de pagar alvará. Isso que está incomodando eles no momento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Luis Carlos Néspoli, representando a ANTP, Associação Nacional de Transporte Público.

O SR. LUIS CARLOS NÉSPOLI – Boa noite a todos. O sistema de transporte do táxi ou transporte de passageiro remunerado, nós já vimos aqui nas falas anteriores, você pode abordá-los sob vários pontos. Sob o ponto de vista jurídico, institucional, econômico-financeiro, relação comercial e também do ponto de vista técnico. Eu vou me ater ao ponto de vista técnico, pois, como engenheiro de transporte, atuo na área há 40 anos. A primeira coisa que se procura analisar, no sistema de transporte, é de um lado a demanda e de outro a oferta, ou seja, de que maneira essa demanda está sendo atendida, suprimindo a vontade de deslocar-se na Cidade através desse meio de transporte.

Diferente de outros modos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIS CARLOS NÉSPOLI – Ok. Não só isso, mas a qualidade, a prestação de serviço, isso tudo está envolvido dentro do sistema de transporte, inclusive os aspectos econômicos-financeiros, como eu disse anteriormente.

A diferença entre esse sistema de transportes e o sistema de transporte público, o ônibus, por exemplo, é que tanto a demanda como a oferta têm características diferentes. A demanda de passageiros de táxi é variável nas suas intenções, ela não é tipicamente uma demanda rotineira como a de um passageiro de ônibus que faz essa viagem todos os dias, cinco dias por semana.

Nós que usamos táxis, eu também sou usuário de táxi, mediante algumas ocasiões,

circunstâncias que nos levam a fazer isso: urgências, emergências, cansaço, atrasos para um determinado evento, enfim, transporte de mercadorias. Há muitas maneiras para nós decidirmos fazer o transporte por táxi. É uma demanda variável que ocorre, às vezes, decidida no momento em que o sujeito vai à rua e decide tomar o táxi.

Por outro lado, a oferta também não é uma oferta típica rígida, do ponto de vista de ter itinerários programados etc. e tal. O táxi pega alguém no aeroporto, leva ao seu destino, daquele vai para outro destino. É muito difícil, do ponto de vista de transporte, fazer com que essas duas coisas se equilibrem.

Numa circunstância desse tipo, no modelo de deslocamento e atendimento de oferta desse tipo, seria muito mais adequado – digamos assim – que o mercado pudesse resolver. Mas o mercado não pode ficar ao Deus dará, o mercado não pode ser livre, porque se corre o risco de criar alguns vícios, defeitos, que vão... – como disse a pessoa que me antecedeu – nosso foco principal é o cidadão, é o usuário que deve ter um atendimento digno, de qualidade, correto, a um preço e a segurança. Esse é o objetivo final.

O mercado livre, sem uma regulamentação, pode levar a algumas distorções que são contra o cidadão, como o monopólio que tem implicações não só nos aspectos tarifários, como também do ponto de vista da oferta. Ora, se eu decido, em determinado momento, não sair hoje com meu táxi, eu deixei de oferecer um serviço.

O sistema de ônibus não pode fazer isso, ele cumpre um contrato e obrigatoriamente tem de estar na rua, naquela frequência, itinerário e serviço. Agora, o cidadão que oferece o serviço de táxi pode decidir não ir, portanto a oferta é reduzida nesse momento.

É importante que esse mercado livre, não seja livre do ponto de vista da sua regulamentação. O aplicativo é um instrumento valioso hoje para que se possa inclusive fazer a relação de mercado, essa relação de oferta e demanda, na medida em que esses dados todos, gerados pelo aplicativo – aí é uma sugestão que não sei se está no dispositivo proposto -, mas que o Estado, o governo, tenha conhecimento das informações do aplicativo. Porque como ele

reúne todas as informações de origem e destino, tempos e custos de viagem, é uma ferramenta fundamental para o Poder Público fazer a regulação e intervenção.

Estou concluindo.

Precisamos entender uma coisa – é importante entendermos como sociedade – em muitas ocasiões, os hábitos e a maneira de agir da sociedade antecipam-se à legislação. Isso já aconteceu em diversos setores. Porque a sociedade é muito mais dinâmica, portanto, neste momento estamos vendo a entrada de tecnologia. Nós estamos vendo a entrada de vários tipos de empreendimentos e iniciativas da sociedade, que são muito mais fortes do que a do poder concedente, que o poder de legislação, porque elas andam na frente.

No momento em que se tem algo que está sendo aceito pela sociedade, entendida pela sociedade como alguma coisa que vem lhe facilitar a vida, é necessário regular. Aí entra o Estado para por ordem na coisa, para que não se tenha – digamos assim – o sistema desregulado, sujeito a monopólios, a manipulações, a péssimo serviço. Nessa regulamentação é fundamental que o Estado também exerça o seu papel de proteção do cidadão.

Quando nós falamos em segurança da população, é necessário que o carro tenha segurança, regulamentação, que seja licenciado, que pague seus impostos, ou seja, o automóvel tem que ter condições. O Estado tem o dever de fazer isso; em segundo lugar, é o condutor.

Se isso vai ser feito dessa ou daquela maneira tem que ser estudado, mas é necessário que o Estado tenha capacidade de intervenção quando, através de seus indicativos, entender que há um vício e uma inadequação.

Era o que eu queria dizer.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Daniel Mangabeira. (Palmas)

- Manifestação da galeria.

O SR. DANIEL MANGABEIRA – Boa noite Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores. Boa noite a todos os presentes, aos representantes da categoria de táxi, aos motoristas parceiros da Uber, parabéns pela movimentação e pela vontade de mostrar que vocês também têm o direito que querem ver respeitado, assegurado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Por favor, pessoal.

O SR. DANIEL MANGABEIRA – Na semana passada, como é de hábito, participei de mais uma audiência pública, como não me furtei a participar de nenhuma audiência pública em que a Uber foi convidada a participar, eu, como algumas outras pessoas, sofremos ameaças e tentativas de agressão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Por favor, pessoal. Por favor.

O SR. DANIEL MANGABEIRA – Hoje, enquanto chegávamos aqui no plenário, um usuário que veio aqui para se manifestar foi recebido com um ovo, que, imagino eu, tenha sido endereçado a mim e acabou respingando em mim também.

Quero dizer que, infelizmente, isso não é exceção à regra. Mas é muito mais a repetição de um padrão, que é o padrão de se utilizar a violência e agressividade como método.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Por favor, calma.

O SR. DANIEL MANGABEIRA - Infelizmente, em lugar de buscarmos debater com racionalidade, a violência continua sendo o padrão. A truculência continua sendo a regra e não a exceção. Talvez, essa agressividade que me foi endereçada como indivíduo tenha sido a

mais leve delas, porque já vimos isso em algumas outras oportunidades. A agressividade contra o trabalhador, que tem de ficar fugindo na rua com medo de ser agredido pela simples razão...

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Presidente, pensei que ele fosse discutir o projeto. Quero ouvir sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Dalton, todas as pessoas que utilizaram o microfone tiveram o direito assegurado de pelo menos três minutos. Muitos vieram ao microfone e nem chegaram a abordar o projeto. Abordaram que usam táxi, usam Uber, e a Presidência garantiu a todos o direito da palavra.

Nós convidamos a sociedade a participar deste debate. E terá o direito de até três minutos. Escutamos usuários do táxi que contaram as rotinas das mães e não falaram nada do projeto e nenhum Vereador cerceou a palavra. E não será cerceado o direito à palavra de ninguém sob a minha presidência. Tem a palavra.

O SR. DANIEL MANGABEIRA - Como dizia, a violência das ruas contra o trabalhador que é agredido e ameaçado pela simples razão de querer trabalhar. A agressão ao usuário que não tem condição de exercer o seu direito de ir e vir com o modal que bem escolher. E, sobretudo, a agressão contra a Cidade como já vimos algumas vezes aqui em São Paulo e recentemente no Rio de Janeiro, em que as pessoas não têm condições de realizar suas tarefas do dia a dia porque as ruas e vias são bloqueadas em desfavor da Cidade. E isso feito pelas mesmas pessoas que deveriam servi-la.

Na verdade o meu ponto antes de começar a falar sobre o projeto, é que temos diante de nós uma excelente oportunidade de discutir, Vereador, um projeto que beneficia a população, a Cidade. Um projeto que gera trabalho, movimenta a economia e gera renda. O que temos diante de nós não é um debate apaixonado contra a Uber e contra o táxi. Isso não é o debate que opõe um em favor de outro. O que debatemos aqui é: que Cidade queremos, que direito queremos ver preservado. A Cidade que queremos no futuro não usa violência como

método de intimidação, não impede as pessoas de se expressarem e de verem seus direitos garantidos.

Para concluir, a Cidade que queremos ver no futuro é uma Cidade que garanta aos usuários, ao trabalhador e à Cidade o direito de se movimentar da maneira como quiser. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a participação de todos até agora.

Tem a palavra o Vereador Salomão.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Boa noite a todos e todas. Agradecemos os senhores por estarem aqui presentes nesta audiência pública que discute um assunto já discutido várias vezes nesta Casa.

Táxi é táxi em qualquer lugar do mundo, não podemos de maneira alguma regulamentar um serviço que não é táxi. Carro particular não é táxi. Carro particular é carro particular. Carro particular é para serviço do dono e de sua família, mas não para explorar o serviço de transporte individual de passageiros. Esta Casa não pode aprovar isso.

Este Vereador está em contato com todos os Vereadores desta Casa para que o PL 421 não seja aprovado, porque não é favorável à categoria e muito menos a Uber, porque a Uber não aceita regulamentação. O Sr. Daniel Mangabeira que falou aqui também não aceita regulamentação, porque isso já foi conversado com ele várias vezes. Ele quer explorar essa categoria e explorar os senhores do outro lado, em que abaixa a tarifa deles em 15%, mas toma 20% do serviço prestado. Como podemos aceitar um serviço desses na cidade de São Paulo?

A lei nº 16.345 regula os aplicativos. Vejam se eles querem regulamentar? O Departamento de Transporte Público já regulamentou oito aplicativos. Vejam se eles querem regulamentar? Eles querem atrapalhar e explorar os senhores. Tenho conversado com vários motoristas. O meu gabinete também tem recebido várias reclamações de motoristas que

trabalham com o aplicativo Uber. Inclusive, já houve a situação de um passageiro que mandou um email para o meu gabinete dizendo que uma corrida de dois ou três quilômetros que dá de oito a dez reais e debitaram no cartão dele 87 ou 89 reais. Como vamos aprovar um serviço desses na cidade de São Paulo? Uma verdadeira roubalheira. Não se tem confiança do serviço que é prestado

O motorista de táxi tem o Condutox, alvará e seu nome na Secretaria Municipal de Transportes, no Departamento de Transportes Públicos, Receita Federal e Estadual. Em todo lugar o motorista de táxi tem o seu cadastro. Os senhores não têm cadastro. Não podemos de maneira nenhuma aceitar um serviço desses. Quando falamos na lei 12.468, elaborada por este Vereador, que trata de um assunto discutido pelos senhores, senão não teria nada. Essa lei fala sobre a atividade de transporte remunerado de passageiros e é dos motoristas de táxi. O Código de Trânsito, artigo 135, determina que o serviço de transporte deve ser na categoria aluguel. Como vamos aprovar um serviço de transporte irregular nesta Cidade? Não podemos de maneira alguma.

Este Vereador quando chegou a esta Casa havia vários Vereadores favoráveis ao Uber. Com o trabalho que fizemos aqui conseguimos reverter a situação e tenho certeza que vamos rejeitar esse projeto. Com todo respeito ao Vereador Police Neto que tem o direito de apresentar seu projeto. Quando um Vereador apresenta um projeto só ele pode retirar. O Vereador tem seus interesses, mas nós também temos o interesse de defender os senhores e não permitir que esse projeto seja aprovado nesta Casa.

Sr. Daniel Mangabeira, a lei nº 16.345 regulamenta os aplicativos. Foi baixada uma portaria para o senhor regulamentar. O Departamento de Transporte Público já regulamentou oito aplicativos e os senhores sequer compareceram lá. O que os senhores querem fazer nesta Cidade? Querem explorar os motoristas de praça e explorar esses aqui também, como esse cidadão está falando. Tem motorista que trabalha com o Uber ligando no meu gabinete e não consegue faturar dois mil reais. Os senhores estão explorando e este Vereador vai trabalhar

para rejeitar esse projeto.

Contem com este Vereador. Estamos aqui para defender a categoria dos taxistas em qualquer situação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Vereador Salomão Pereira.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – (Fazendo soar a campainha) – Obrigado pelas manifestações. Vamos continuar o nosso debate. Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Mangabeira, quem pede respeito tem de respeitar. O senhor representando essa empresa americana não respeitou o nosso povo brasileiro. Aliás, essa empresa vem tumultuando todos os tribunais do mundo inteiro. Então não venha nesta tribuna falar em respeito se os senhores não respeitam a cidade de São Paulo.

Vou dizer por que: entraram aqui em 2014 pela porta dos fundos, sem pagar qualquer imposto. E vieram trabalhando até quando esta Casa por 23 votos aprovou uma lei e os senhores continuaram trabalhando mesmo de forma ilegal. Vou dizer mais, não adianta vir falar que o mundo inteiro se modernizou como falaram aqui. Países proibiram o Uber, Alemanha, Espanha, Holanda, Itália e Bélgica. O Tribunal de Justiça da União Europeia ainda vai decidir.

E mais ainda, lá na Índia o serviço chegou a ser paralisado por causa de uma acusação de estupro. Então, dá licença, vocês têm de aprender a ouvir.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – (Fazendo soar a campainha) – Peço respeito àqueles que estão fazendo uso da palavra, por favor.

O SR. DALTON SILVANO – Nos Estados Unidos as jurisdições aprovadas, vamos ver se vão pagar. É 1 milhão de dólares de seguro desde que o passageiro entra até que sai. E

há casos ainda em que é desde que o passageiro liga o aplicativo, 1 milhão de dólares. Muito bem, agora vou perguntar, se a Receita Federal pede documentos para um cidadão, ele vai lá e apresenta documentos e se estiver devendo vai lá e paga.

Agora, aqui quero saber quais impostos a Uber pagou. É isso que quero saber. Não adianta falar em aprovar esse projeto e regulamentar se não resolver aquilo que está pautado: o pagamento dos impostos. Aí chega aqui o cidadão dizendo que a Uber está trabalhando com liminar. Ou seja, no mundo inteiro eles entram primeiro pela porta dos fundos e vão buscar uma decisão na Justiça.

Na verdade, a Uber não quer regulamentar nada. Quer buscar na Justiça, assim como está fazendo no mundo inteiro. Quero ver os impostos. Cadê os impostos? Apresenta aqui. Isso é que é desrespeito. Isso é desrespeitar o povo brasileiro, paulistano, os taxistas e os 43 Vereadores que votaram, ou seja, a maioria.

Então primeiro respeita para depois ser respeitado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço as palavras do Vereador Dalton Silvano.

Tem a palavra o Vereador Senival Moura, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, primeiro boa noite a todos. Quero ser bem sucinto, a audiência pública de hoje, no meu ponto de vista, já evoluiu muito considerando a última audiência pública que houve na quarta-feira próxima passada. E é isso que precisa acontecer, os usuários puderam falar, os taxistas falaram à vontade. Fizeram o seu dever que é defender a categoria e isso é muito positivo, como também os representantes do aplicativo Uber. Puderam também fazer uso da palavra, defenderam, justificaram e a audiência pública tem esse objetivo: defender, justificar o porquê daquele serviço, se há necessidade de ampliar ou não. Isso, para mim, foi muito positivo hoje.

Também quero registrar que não adianta às vezes o cidadão vem aqui e faz um discurso veemente, fervoroso, mas com o único objetivo de atacar o Prefeito. Não sei o que vai

ganhar com isso. Queria saber o que vai ganhar com isso. Acho que tem de defender o interesse da categoria. Querendo ou não o Prefeito sancionou um projeto de lei de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu. Foi aprovado por esta Casa e o Prefeito sancionou e poderia muito bem ter vetado. E não o fez. Aprovou, sancionou e o Tribunal sim, proibiu de fazer fiscalização. Se a fiscalização era precária ou não é outra questão, mas o Tribunal é que proibiu. Já havia dito na última audiência pública, tem de cobrar também o Tribunal. O que está alegando o Tribunal? Suspendeu por quê? Qual a base legal para isso? Isso tem de discutir.

Agora, o Prefeito fez o papel dele. Decisão judicial, que eu saiba, cumpre-se. E é o que se está fazendo. Obviamente, estamos discutindo de novo e podemos melhorar o projeto. Os Vereadores vão olhar e estudar o substitutivo do Vereador Police Neto. E se estiverem com a consciência tranquila, se for para o bem do usuário, primeiro temos de pensar no usuário e não em quem está só ganhando dinheiro. Não basta pensar só no meu bolso. Pensa primeiro no usuário. A qualidade, o custo e não adianta falar só no preço. E se reduzir preço e não tiver qualidade o usuário não vai fazer uso desse sistema de transporte.

Para finalizar, temos mais 10 dias para estudar isso. Há outra audiência pública e tenho certeza de que se forem apresentadas sugestões positivas os Vereadores, da mesma forma que estudaram o projeto anterior, que não foi na calada da noite como um senhor falou. Não foi na calada da noite. Todos os Vereadores estudaram, se debruçaram sobre o projeto do Vereador Adilson e aprovaram. Da mesma foram farão agora. E Pensando na Cidade, pensando no melhor para todos.

Os Taxistas têm uma história. Todos nós sabemos. Têm um legado na Cidade. Prestam um serviço exemplar, do meu ponto de vista. É isso que temos que deixar claro.

Agora, têm problemas também, os quais precisam ser corrigidos. Quem não aceita isso vai ficar para trás. Essa é a grande verdade.

Acho que a gente tem que reconhecer a qualidade e saber reconhecer os problemas, pois está no momento de os corrigir. Essa é a grande oportunidade desse debate,

porque, quando ouvimos o usuário, que fala com conhecimento de causa.

Ouvindo uma senhora falando, lembrei-me que a cerca de 3 meses, fui a um teatro com minha esposa. Eu quis ir de taxi, porque eu tenho carro.

Quando saímos, fomos na caminhada até encontrarmos um táxi, foram mais de 20 minutos até que apareceu um táxi. O problema é que vocês não querem ouvir a verdade. Ouvi atentamente quando vocês falaram. Eu estou falando para o bem de vocês.

Aconteceu comigo. Como poderia acontecer com qualquer um de vocês.

Agora, é dessa forma que nós corrigimos os erros, os problemas, nem por isso vou me posicionar contrariamente aos taxistas.

Tenho amigo taxista, que sei que trabalha quase 24 horas, enfrenta todo tipo de problemas, a falta de segurança e tudo. Nós temos que considerar tudo isso,

Quero finalizar, nobre Vereador José Police Neto, pois tenho a certeza de que os Vereadores vão fazer o melhor para todos: usuários e taxistas.

Esse é o meu ponto de vista.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecemos ao nosso Vice-Presidente, Vereador Senival Moura, do Partido dos Trabalhadores.

Passo a palavra ao Vereador Adilson Amadeu. Quero franquear o microfone da tribuna para que ele possa fazer a manifestação.

Anuncio a presença do Vereador Ricardo Young, membro titular desta Comissão.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse para falar.

O SR. ADILSON AMADEU – Deixa S.Exa. falar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Vereador Adilson pediu que fosse o último a falar, antes das minhas considerações finais.

O Vereador Ricardo Young fará uso, também, do microfone da tribuna.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa noite a todos. Peço desculpas antecipadas. Eu estava noutra compromisso e só pude chegar agora. Então, perdi o espírito do debate, mas eu gostaria de falar a vocês qual é a visão que tenho e como nós, preferivelmente, deveremos encaminhar esse debate.

Essa discussão não é nova.

Vimos há quase um ano discutindo e, talvez, um dos nossos problemas é que cada uma das partes quer ter razão.

Ontem, estávamos num debate em relação ao Parque da Vila Ema, e a representante da Secretaria do Meio Ambiente, de repente, disse – e lá, também, a situação estava muito polarizada: os ambientalistas exigindo 100% do parque; os representantes das construtoras se propondo a doar parte do parque; o governo não tendo condições de desapropriar, enfim – “um bom acordo desagrada a todos”.

Num primeiro momento, uma afirmação como esta surpreende, porque ninguém quer ser desagradado e todo mundo percebe uma perda como uma derrota.

No entanto, nós não estamos falando nem de perda nem de derrota. Estamos falando da necessidade de se construir outro acordo para a questão do transporte individual na cidade de São Paulo. Um outro acordo que não está sendo imposto de forma unilateral, seja pelo Poder Público, seja por interesse corporativo ou pelo poder econômico.

É um acordo que a sociedade vem demandando.

Talvez aqui e na audiência pública anterior sejam as únicas em que os usuários têm sido ouvidos. Porque tudo o que nós fazemos aqui, como homens públicos, tudo o que vocês, enquanto taxistas, tecnologias e empresas que servem a população, nós existimos para servir a população, e as cidades do mundo inteiro estão modificando, em função do impacto tecnológico, também em função das mudanças climáticas, a necessidade da redução de automóveis, de se reduzir o espaço urbano para automóveis individuais. O mundo inteiro está nessa discussão.

Então, não podemos olhar para essa questão de forma corporativa, e não podemos, também, regulamentar algo que prejudique os taxistas de forma a ameaça-los, e não podemos, também, em função da insegurança que os taxistas têm – e que é compreensível – criar uma regulamentação que dê condições para que as tecnologias, as empresas que estão entrando no setor possam destruir de forma irregular, unilateral ou ostensiva, no exercício do seu direito a concorrência com os taxistas.

Então, não temos saída. Nós temos que construir coletivamente um acordo no qual todos serão desagradados. Ninguém será vencedor nessa história, por mais que o nobre Vereador Adilson Amadeu brade no interesse dos taxistas ou nobre Vereador José Police Neto seja identificado, de forma errônea, no meu ver, aos interesses da Uber, nós estamos aqui, com vocês da sociedade, construindo o novo, para uma cidade que está sendo transformada pela sua população, pelo impacto da tecnologia no mundo inteiro.

Nós temos a responsabilidade de trabalharmos juntos, de construir uma solução que desagrade a todos, mas que seja uma solução. Nós temos que sair dessa trincheira. A sociedade brasileira está excessivamente polarizada e impregnada de ódio, esquecemos que somos todos brasileiros, que somos paulistanos todos, que nós só vamos construir soluções coletivas coletivamente, respeitando a diversidade, respeitando os direitos de cada um, mas construindo, também, a partir das limitações que cada um tem para dar a solução para o todo.

Não serão os taxistas isoladamente que resolverão o problema, não serão as tecnologias, a Uber ou qualquer empresa correlata que resolverá os problemas do transporte individual, do problema da mobilidade na cidade de São Paulo.

Com a inteligência coletiva que todas essas partes têm podemos pensar um todo melhor para todo mundo. Isso é tão óbvio. O mundo inteiro faz isso. A democracia é para isso, onde se reconhecem os direitos e as diferenças, não porque ela é liberal, mas só podemos construir alguma coisa duradoura e genuína a partir da diversidade e da contribuição de cada um numa solução coletiva.

Então, estou aqui não para defender essa ou aquela proposta. Estou aqui para fazer um apelo: nós estamos agora diante de uma oportunidade de construirmos uma solução, que vai desagradar a todos, mas que oferecerá ao usuário do transporte dessa Cidade uma solução para que ele deixe o carro em casa. Nós queremos milhares e milhares de usuários no transporte individual de interesse público. Nós queremos que milhares de pessoas deixem de usar carros, de preferência, não comprem carros, que se sintam plenamente servidos por todos vocês. É isso o que nós queremos. (Palmas) O nosso interesse é comum. (Palmas)

Vamos trabalhar por ele.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer as palavras do vereador Ricardo Young, da REDE, e chamar para fazer uso da palavra o Sr. Vereador Adilson Amadeu, do PTB, o último Vereador a usar a palavra. Depois, enquanto Presidente, farei a finalização dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos.

Eu pediria que colocassem o áudio que recebi, de uma reunião de ontem numa empresa na cidade de São Paulo. É um áudio de um minuto. Eu gostaria que todos escutassem, inclusive, a imprensa que está aqui, por gentileza.

- Apresentação de áudio.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem, Sr. Daniel Mangabeira, Sr. Fábio Sabah, Guilherme Teles são videntes. Já estão colocando que no dia 27 o projeto de lei vai passar e que o Sr. Prefeito vai sancionar. Primeiro: a Uber entrou em todos os países, mas no Brasil, ele é o grande anarquista da tecnologia.

Eu falo para os senhores que estão aqui, condutores da empresa, que logicamente foram e continuam sendo iludidos.

Eu até ouvi a fala do Sr. Nelson Bazoli, que vai continuar tudo com liminar, vão ganhando na Justiça. Lógico, a banca de advogados que a empresa Uber tem e que procura estão oferecendo muito oxigênio para Desembargadores e Juizes. Só que tem uma coisa: aqui são 55 votos. Aqui tem que ter a maioria.

Os senhores estão cantando na frente que o Prefeito irá sancionar. Sequer veio para cá qualquer tipo de minuta dos laranjas (?) do Sr. Prefeito Haddad que são o Rodrigo Pirajá e o Birman, que estão trabalhando em grandes negócios para a cidade de São Paulo.

Não venham aqui menosprezar, como estão menosprezando essa profissão nobre. Os senhores passaram a mão no bolso, na carteira, tiraram o ganha pão da família do taxista.

- Manifestação da plateia: “Então, vamos regulamentar”.

O SR. ADILSON AMADEU – Você, pare. Porque se intromete quando todos falam aqui. Não fale mais!

- Vaias. Manifestações.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ADILSON AMADEU – Escute ou se retire.

Os senhores vieram aqui, querem ter o seu trabalho, só que entraram na contramão irão embora, sim. Não vão ter a oportunidade dessa maneira. Quem tem a oportunidade é quem já está.

A situação do país está ruim, vocês estavam desempregados, mas então, agora, quem está desempregado, pegue um carro de locadora, porque aqui serão investigadas as locadoras. (Palmas)

Se é para dar oportunidade...

- Manifestações da plateia.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, o indivíduo fala demais...

Sente-se aí.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pessoal, nós fizemos um combinado de

respeitar todos os oradores quanto ao uso da palavra, e assim vai ser até o fim e assim será na quarta-feira da semana que vem, na última audiência.

Porque, se não conseguirmos escutar, o direito de falar também será limitado. Portanto, se todos dermos oportunidade a todos para falar, a possibilidade de um resultado positivo, ao final desse debate, é muito maior.

O SR. ADILSON AMADEU – Permita-me, a Sra. Moyra falou a respeito de venda de alvarás. Realmente, a Polícia Civil deve cuidar disso, mas quem vende alvará não é taxista.

- Manifestação da plateia.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, tem alguma coisa que tem que ser investigada, e a Polícia Civil tem que investigar, assim como a Polícia Federal, como foi falada aqui, acho que quem falou foi o Ronnie, eu acho justo. Tem que investigar essa empresa que você está prestando serviço. (Palmas)

Aliás, entrei com um pedido na Polícia Federal, e precisa, sim, investigar os senhores. Como é que pode, só aqui em São Paulo, desde a Copa do Mundo, os senhores estão faturando, tomando dinheiro do bolso do taxista, e não mostraram nada, e mais: até hoje os senhores não apresentaram o cadastro dos seus condutores para ninguém e tiveram a liberação do Sr. Desembargador Firmino Magneti Filho, liberou para que não tivesse fiscalização. Imaginem só! Os ilegais, estão trabalhando a vontade sem fiscalização. É o fim do mundo. Então senhores que já cantaram de galo, Sr. Mangabeira, o Fábio Sabba que dá muita entrevista por aí, tem um bom relacionamento em toda imprensa, vende o produto, vende o sonho, e não entrega, os senhores vão ter que vir no dia 27. Venham com um time bom. Porque o jogo é bom e o jogo é 90 minutos, e depois dos 90 minutos pode ter até prorrogação e pênalti, mas quem vai bater o pênalti final é o taxista, porque ele tem o direito, não os senhores. Os senhores estão entrando na conversa dessa empresa. Essa empresa sentou-se com o Prefeito, eu estava lá, e falou que não quer ser taxi. Porque se tivesse uma condição diferenciada, daria sim para absorver, mas da maneira que eles querem fazer, eles querem tirar

proveito dos senhores que estão pegando carro, estão entrando em locadoras, estão pagando com dificuldades, trabalhando 18 horas e o proveito quem está levando são esses senhores, aliás, o Mangabeira é um clone americano. Sua mente foi preparada para ser o que ele é. Parabéns, você aqui novamente, vem com uma conversa que lhe atiraram ovo. Eu estava lá fora quando o senhor passou, eles gritaram: Oh Mangabeira! Ninguém atirou ovo nenhum. Mentiroso. Não atirou ovo nenhum. Ovo a gente coloca para dentro do estômago, não para atirar em ninguém. Vocês cantaram antes. Cantaram de galo, e de galo os senhores vão levar o que merecem. Não será regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo a presidência ao nobre Vereador Senival Moura.

- Assume a presidência o Sr. Senival Moura.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Com a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham no dia de hoje, acredito que temos, talvez no dia de hoje o debate que conseguimos mais aprofundar receber um pouco de orientação, tanto dos taxistas, das representações, como de motoristas dos aplicativos, mas fundamentalmente, escutar um pouco o usuários. Usuários de taxis que vieram aqui, os usuários dos aplicativos. Mas temos aqui que circunscrever atividade do legislador aquilo está posto a ele, na capacidade e nas obrigações que ele tem.

Desde 2013, portanto antes da empresa Uber está em São Paulo eu já discutia a questão do compartilhamento e oferecerá no debate do Plano Diretor da Cidade de São Paulo uma alteração aquele texto legal que se traduziu em Lei, para que a Cidade de São Paulo tivesse compartilhamento de carros sim.

É verdade que este modelo de compartilhamento poderia, desde aquela época, 2014, ter sido regulamentado por ato próprio do Executivo e portanto parte do que a gente

debate aqui estaria superado. É importante compreender e ser muito objetivo naquilo que o Judiciário vem se manifestando. Pode gostar ou não, mas as decisões do Judiciário, majoritária ou unanimemente, vem apontando que proibir a tecnologia associado a transporte individual de passageiros não se sustenta e não sou eu quem digo isso.

Eu trouxe aqui das capitais, Cidade de São Paulo, Cidade do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal, em todos, Desembargadores, Juízes, Câmaras, todas elas se manifestaram contra proibição dos aplicativos para o transporte individual. Esse é um dado real. Fático. Portanto não é o vereador Police, ou qualquer outro vereador que inventou a decisão judicial. Ela nos coloca, e nos remete a esse momento. Se decidirmos nada a regulamentar, sem dúvida nenhuma às decisões mantidas como estão, e agora corroboradas por manifestações, agora do Ministério Público que não reconhece só a ilegalidade, mas também a inconstitucionalidade, mas reconhece também a inconstitucionalidade na proibição.

Sem dúvida nenhuma a Cidade de São Paulo e essas outras cidades capitais, ou Guarulhos, Campinas, como também já manifestou o Judiciário, e aí peço perdão ao advogado que veio aqui fazer uso da palavra, eu prefiro respeitar e acreditar na justiça brasileira a condenar a justiça, pelas decisões que ela toma. Prefiro sim ser orientado pela Justiça que o País ainda tem do que desafiá-la. Porque sei sim que ao acreditar na Justiça, produz justiça nessa casa também. A justiça do Brasil se manifestou reincidentemente, que não se pode proibir as praticas concorrenciais e, portanto hoje a Cidade de São Paulo, pode regulamentar e aí sim tem controle de um processo que hoje controle algum existe.

Por dois fatores não temos controle: porque não há exigência nas decisões judiciais que qualquer aplicativo ofereça o nome dos seus condutores e as condições que os habilitem para autoridade pública, mais do que isso, também não exige deles que os carros que servem a nossa sociedade tenham controle e que não deve ser o controle de uma fiscalização anual. A tecnologia nos permite diariamente fiscalizar itens fundamentais para a circulação do carro na Cidade de São Paulo.

Ao organizar esse setor importante de muitos usuários que aceitam mudar do seu conforto individual para um carro que lhe transporte com até seis passageiros pode sim a cidade, sem um real de recurso público, reduzir muito os congestionamentos que a cidade tem.

Portanto, ao Parlamento Municipal, comporta sim, o ato regulamentador, que oferece a proteção ao sistema publico de transporte individual. Todas as decisões judiciais trazem por claro, as regras da Lei 12.587 e deixa claro, e não eu o Vereador que diz tanto os desembargadores, tanto os juízes, em todos os seus despachos, não reconhecem decidem pela ilegalidade da proibição. Não faz sentido a Câmara, como avestruz esconder a cabeça a isso que a Justiça já nós diz. Para ai sim, fazer uma disputa de torcida, quero ou não quero. O Judiciário até hoje, definiu a regra. Os aplicativos funcionarão e aqueles que se ligarem não terão seus carros recolhidos. Ora, pode o Parlamento se calar sim, e ao final desse ano 50, 80, 200 mil carros vão estar dentro desses aplicativos. É isso que a cidade merece? É essa fórmula adequada aos taxistas? Não me parece! Não me parece que a fórmula do Vereador responsável do Legislador competente, é abandonar aquilo que ele tem de melhor, a capacidade do legislar e criar regras do que reservar mercado, objetivamente ao grupo que sempre teve essa oportunidade, mas hoje, não é contestado por outros, é arbitrado pelo processo judicial que não terá mais o monopólio. Se a nossa decisão é não intervir, sem duvida nenhuma, nenhum taxista sobreviverá a este ataque que acontecerá sem dúvida nenhuma a regra disciplinada pelo parlamento pode garantir tanto a existência de um sistema público, como a presença do transporte individual de passageiros privados via aplicativos. E quem pode fazer isso? O parlamento local como todas as decisões também apontou. Podemos nos furtar? Podemos. Podemos reconhecer a nossa incompetência para definir as regras, porque a oportunidade não está dada em nenhum despacho, está dado em todos os Juízes, Desembargadores, Câmaras, Ministério Público. Todos definiram isso, em todas as capitais que se foi demandado. Fechar os olhos a isso, e acreditar que bradar por destruir esse ou aquele Juiz, ou Desembargador que emitiu uma decisão e não uma opinião é diminuir a

capacidade que temos de legislar. Oferecia um projeto sim que pretende organizar o setor seja daquele compartilhamento do carro, locação por hora, seja daquele...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O tempo de V.Exa. esgotou.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou ter o tempo que precisar para explicar o projeto, porque importa a sociedade, mais que a vocês. (palmas)

Concluindo. Digo que temos a oportunidade sim, de oferecer as regras que criam limites, e aí faço questão de aqui reconhecer a capacidade que o Executivo teve, dos estudos que realizou, de oferecer uma regra de controle, não só do volume de carros a partir dos créditos, mas da forma com que ele pode circular na Cidade de São Paulo, em dois pontos essenciais: levar mais carros para os horários fora do pico e colocar mais pessoas dentro dos carros. A fórmula oferecida pela autoridade pública que colocou em consulta pública no final do ano essa regra, nos dá uma oportunidade sim, de regular o setor proteger de maneira vigorosa ao usuário, mas oferecer oportunidades distintas para decisão do cidadão. Esse sim que deve ter a partir da disputa e da concorrência saudável o melhor serviço, no melhor preço. Não fazer isso, é empregar a cidade aqueles que não querem nenhum modelo de pé. Querem apenas um espaço para o seu desenvolvimento. Mas não para a oferta de serviços regulares, competentes e de qualidade para todo cidadão. Por isso, rogo que os Srs. Vereadores não só nesse debate, mas como no debate da semana que vem se dediquem aos textos que foram distribuídos ofereçam as alternativas e alterações que possam fazer dele, melhor do que foi oferecido até agora, na certeza que a regulamentação não só garante o espaço daquele que vem a um bom tempo, prestando serviços de taxis mais recebe de maneira vigorosa a tecnologia desejada para uma cidade que realiza sim, 15 milhões de viagens individuais, que infelizmente ainda temos, 1,4 passageiros por veículos. Na certeza de que conseguiremos dobrar ou triplicar o numero de passageiros por carro, e portanto reduzir vigorosamente o numero de carros em circulação e portanto, tendo o espírito público revelado a Cidade de São Paulo, encontrará a sua alternativa no debate, na lei e na participação de vocês e dos parlamentares. Muito

obrigado.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Passo a presidência ao nobre Vereador José Police Neto.

- Assume a presidência o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a presença de todos. Convoco a todos para quarta-feira da semana que vem, às 15hs. continuarmos o nosso importante debate. Estão encerrados nossos trabalhos.